Sumário

Prefácio. 11
Jarbas Antonio Biaggi

Os Limites da Intervenção Estatal na Previdência Privada: Supervisão Prudencial, Intensidade Regulatória e Direito Comparado. 13
Ana Paula Oriola De Raeffray

1 Introdução. 14
2 A intervenção estatal como categoria jurídica 16
3 A singularidade da previdência privada e a conformação constitucional da supervisão estatal 22
4 A supervisão prudencial como técnica de intervenção estatal 24
5 Os referenciais internacionais da supervisão prudencial: OCDE e IOPS. 27
6 A evolução do modelo brasileiro de supervisão da previdência complementar 33
7 A supervisão prudencial em perspectiva comparada. 36
8 A intensidade regulatória do modelo brasileiro: uma proposta de sistematização. 39
9 Conclusão 44

A Importância da Qualificação dos Dirigentes das EFPC 49
Andrea Peres, Andreza Cabral

1 Introdução. 49
2 A Qualificação dos Dirigentes como Pilar da Governança Previdenciária Fechada. 50
3 A Capacitação como Fator de Sustentabilidade das EFPC . . 51
4 O Desenvolvimento Contínuo dos Dirigentes 52
5 A Capacitação como Estratégia Institucional 53
6 Competências Essenciais para uma Liderança Eficaz 54
7 Avaliação e Aprimoramento Contínuo da Liderança. 55
8 Boas Práticas para uma Governança Sólida e Transparente . 56

9 Integração dos Dirigentes à Cultura Organizacional 57
10 A Perspectiva da PREVIC sobre a Qualificação dos Dirigentes 58
11 Os Riscos da Atuação Inadequada 59
12 Responsabilidade dos Dirigentes e Consequências Jurídicas 60

Gestão de Investimentos na Previdência Complementar: Conselho Deliberativo (CD), Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e Outsourced Chief Investment Officer (OCIO) Regulação Brasileira e Experiência na Austrália 65
Aparecida Ribeiro Garcia Pagliarini
1 Introdução. 66
2 Competências do conselho deliberativo 67
3 Competências do AETQ 70
4 Outsourced Chief Investment Officer (OCIO) 72
5 A incorporação do modelo OCIO às EFPC: limites jurídicos, responsabilidade fiduciária e desafios regulatórios 74
6 Conclusão 79

Planejamento Sucessório: Um Instrumento de Fortalecimento da Governança nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) 81
Bianca Fraga Espindola
1 Introdução. 81
2 Do contexto histórico 82
3 Das boas práticas de governança 84
4 Da certificação e habilitação. 85
5 Do planejamento de sucessão 89
6 Da diversidade e dos fatores ASGI 97
7 Conclusão 98

Previdência Complementar e Trabalho Plataformizado: Uma Análise Comparada dos Modelos Internacionais de Proteção Previdenciária e Perspectivas para o Brasil. 101
Camila Pellegrino Ribeiro da Silva
1 Introdução. 102
2 O trabalho plataformizado como desafio à proteção social . . 103

3 Modelos internacionais de inclusão previdenciária de trabalhadores de plataforma 106
4 Transição demográfica e sustentabilidade previdenciária no brasil: subsídios do projeto FGV/Itaú "Viver Mais" 109
5 Uma arquitetura previdenciária para o trabalho plataformizado no Brasil 112
6 Discussão crítica: confiança institucional e risco de regressividade. 113
7 Conclusão 115

Criação do Fundo Previdencial de Proteção de Longevidade (FPPL) no Contexto Previsto na Resolução CNPC n. 59/2023 119
Daniel R. Conde
1 Introdução. 119
2 Fundo Previdencial de Proteção de Longevidade (FPPL) . . . 121
3 Alternativas para Viabilidade e Manutenção do FPPL. 123
4 Conclusão 125

Tema 24 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a Delimitação da Competência nas Demandas Indenizatórias Relativas à Previdência Complementar Fechada 129
Flavio Martins Rodrigues Fernanda Rosa Silva Milward Carneiro
1 Introdução. 130
2 A competência para apreciar e julgar causas relacionadas ao contrato previdenciário: a trajetória jurisprudencial e o leading case 190 do STF. 132
3 A autonomia jurídica das EFPC e a centralidade da causa de pedir imediata. 135
4 Autonomia jurídica das EFPC, governança própria e estrutura regulatória. 137
5 A distinção correta em relação aos Temas 955 e 1.021 do STJ e ao Tema 1.166 do STF 140
6 Repercussões práticas da decisão. 141
7 Conclusão 142

Adesão Automática: Quando o Estado Possibilita que o Indivíduo seja Empurrado à Melhor Decisão 145
Larissa K. Vieira Bosco Bruno Santiago Ballogh
1 Introdução 145
2 Economia Comportamental: um "empurrão" para a segurança previdenciária 146
3 A adesão automática no Brasil 148
4 Resultados da implementação da adesão automática no Brasil 151
5 Adesão automática nos países da OECD 151
6 Conclusão 153

A Previdência Complementar como Instrumento de Mitigação das Desigualdades de Gênero 157
Laryssa Carvalho Lopes
1 Introdução 158
2 A desigualdade estrutural de gênero e seus reflexos previdenciários 160
3 O regime jurídico da previdência complementar: autonomia privada, função social e igualdade material 163
4 A neutralidade atuarial e seus limites constitucionais: igualdade material, discriminação indireta e a releitura constitucional da previdência complementar 165
5 O papel da previdência complementar na redução das desigualdades de gênero 167
6 Conclusão 170

A Fiscalização no Processo de Investimento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Medidas Prudenciais 177
Lygia Avena
1 As EFPC e a supervisão do Estado 178
2 A Supervisão Baseada em Risco nos Investimentos das EFPC como Metodologia de Fiscalização pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Gestão Baseada em Risco 179
3 As EFPC e o Processo Decisório de Investimento. O Ato Regular de Gestão 182

4 Regras Quantitativas e Qualitativas de Investimentos. Medidas prudenciais de Investimento. 186
5 Conclusão 190

A Previdência Complementar sob a Ótica de Pierre Bourdieu: Habitus, Campo e Capital na Formação da Cultura Previdenciária . . 193
Marcelo J. M. da Silva Neves
1 Introdução. 193
2 Referencial teórico. 195
3 Metodologia. 198
4 Resultados. 199
5 Discussão 203
6 Conclusão 205

Da Eficiência ao Indício: Inteligência Artificial (IA), Supervisão Prudencial e Garantias Pré-sancionatórias na Atuação da Previc sobre EFPC 209
Matheus Duarte de Jesus
1 Introdução. 210
2 Estado da arte e lacuna teórica 215
3 A PREVIC, a supervisão de EFPC e o ambiente normativo potencialmente sancionatório 219
4 IA na atividade regulatória e distinções conceituais juridicamente relevantes 223
5 Supervisão algorítmica, efeitos pré-sancionatórios e garantias do administrado 227
6 Direito comparado: parâmetros europeus, experiências latino-americanas e limites de transplante 233
7 Taxonomia dos usos de IA pela PREVIC e teste de juridicidade 237
8 Conclusão 242

Selo Patrocinadores do Futuro, a Perspectiva do Participante e a Nova Dimensão da Responsabilidade do Patrocinador na Governança . . . 249
Sabrina Kindlein
1 Introdução. 250
2 Marco Legal 251

3 Processo de Inscrição e Avaliação. 252
4 Critérios e Níveis do Selo 253
5 A Perspectiva do Participante 256
6 O Selo no Contexto de Iniciativas Internacionais 257
7 Desafios e Limitações 259
8 Conclusão 260